

POLÍTICAS SETORIAIS E INCLUSÃO: A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR E ASSISTENTES DE INCLUSÃO EM FORTALEZA-CE

Natielly de Almeida Santiago¹; Rebeca Thalia Ximenes Parente²

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, Brasil.

E-mail: santiagonatielly@gmail.com

² Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, Brasil. E-mail: beca.ximenesp@gmail.com

Introdução

Para autores como Gussi (2008), políticas públicas não se resumem a um “produto do Estado”, mas são objetos de disputas políticas, sendo assim uma prática social e antropológica. No interior desse campo, situam-se as políticas setoriais as quais se direcionam a áreas mais específicas, como é o caso da educação. Para que essas políticas se concretizem, são mobilizados diferentes instrumentos e mecanismos de implementação, entre os quais se destacam os profissionais que atuam diretamente nas escolas.

Na rede municipal de ensino de Fortaleza, capital do Ceará, os Profissionais de Apoio Escolar (PAE) e Assistentes de Inclusão (AI) devem ser peça chave na relação entre política e prática inclusiva nos Centros de Educação Infantil (CEI's) e Escolas Municipais (EM) da cidade. Contudo, de que maneira a atuação desses profissionais se alinha (ou se distancia) das diretrizes propostas pela Secretaria Municipal de Educação (SME)? A hipótese levantada a priori é que a prática cotidiana desses profissionais é marcada por uma sobrecarga de funções que excede as diretrizes normativas, impactando a efetivação da política. Outra possibilidade a ser considerada é que a falta de formação e de acompanhamento do trabalho podem impactar negativamente no processo de inclusão, por não existir, nesse cenário, condições necessárias para que eles desenvolvam um trabalho de qualidade.

Ao realizar uma revisão de literatura em repositórios de pesquisas acadêmicas, duas produções apresentaram estreita relação com a temática central deste trabalho.



A primeira pesquisa cujo título é “Impactos da política de educação especial (2008) no Ceará e em Fortaleza” (RAFANTE et al, 2019), analisa como a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), bem como as notas técnicas subsequentes, institucionalizaram as figuras do PAE e do AI. Já Oriá (et al, 2019) faz um recorte da sua dissertação de mestrado, apresentando em um congresso os dados relevantes à composição do perfil dos Profissionais de Apoio como gênero e idade, por exemplo. No entanto, ambas pesquisas não possuem como foco as normativas posteriores à PNEEPEI que regem o trabalho dos PAE e AI, assim como não observaram a prática desses profissionais nos CEI’s e EM de Fortaleza-CE.

Assim, o presente trabalho visa apresentar uma pesquisa em andamento que tem como objetivo analisar como a política setorial de educação inclusiva na rede municipal de ensino se configura na prática, a partir da atuação desses profissionais (PAE e AI). Para isso, busca-se identificar as normativas da SME referentes à inclusão, dando ênfase às atribuições dos PAE e AI, assim como construir o perfil socioeducacional e suas experiências no dia a dia da escola. Dessa forma, pretende-se contribuir para a compreensão dos desafios da implementação das políticas de inclusão no cotidiano dos CEI e EM de Fortaleza-CE.

Procedimentos Metodológicos

No que se refere ao percurso metodológico, esta pesquisa tem uma abordagem quanti-qualitativa (ou mista), de caráter exploratório. O tipo de abordagem escolhida foi porque, na perspectiva de Minayo (2014), as abordagens qualitativas e quantitativas possuem complementaridade, o que cria condições necessárias para a integração dos dados de ambas as naturezas, permitindo ao pesquisador a reflexão sobre a complexidade da realidade analisada.

A pesquisa está dividida em duas etapas: primeiramente, está sendo feito a observação em lócus em 2 escolas (localizadas uma no Distrito 2 e outra no Distrito 1 de Educação), para haver, posteriormente a essa etapa, um levantamento de dados via *Google Forms* para traçar o perfil socioeducacional desses profissionais (formação e organização do trabalho nas escolas).



No momento, a pesquisa encontra-se nesta fase de coleta de dados, voltada à análise das condições cotidianas de atuação dos PAE e AI. Posteriormente, esta investigação propõe-se a construir uma base de dados inicial para futuras pesquisas que venham a afunilar o lócus de análise, bem como incorporar outros instrumentos metodológicos que possibilitem um aprofundamento na compreensão do trabalho dessas profissionais em sua prática cotidiana e como contribui para educação inclusiva nas escolas.

Políticas Públicas e Setoriais: o “Estado Ajustador” na contexto da inclusão escolar

Para compreender a atuação dos Profissionais de Apoio Escolar (PAE) e Assistentes de Inclusão (AI) em Fortaleza, é necessário situar a educação inclusiva no campo das políticas públicas, compreendidas como ações ou omissões estatais diante de problemas coletivos (Frey, 2000). No Brasil, esse desenvolvimento é marcado por um caráter assistencialista e pela lógica da “revolução passiva esse desenvolvimento é marcado por um caráter assistencialista e pela lógica da revolução passiva” (Saes, 2001), modelo de modernização que incorpora parcialmente as demandas das classes subalternas para evitar rupturas na estrutura de poder, oferecendo concessões controladas que desmobilizam conflitos destas mesmas classes.

A partir das observações em lócus é possível perceber que essa dinâmica se reflete através do compromisso afetivo dos profissionais: o Estado captura o engajamento pessoal dos profissionais para sustentar o sistema, sem alterar as estruturas de valorização do trabalho. De fato, houveram relatos de que mesmo com difíceis condições de trabalho o afeto pelas crianças faz com que os profissionais ligados ao cenário de inclusão na escolas continuem em seu trabalho da melhor maneira possível.

Esse cenário está diretamente ligado ao conceito de “Estado Ajustador” (Carvalho, 2018), o qual frisa que a partir da década de 1990 o ajuste ao capitalismo financeirizado passou a existir, mesmo depois da Constituição de 1988 que teve como principal marco a ampliação dos direitos sociais.



Nessa lógica, a garantia de direitos tensionada por ajustes fiscais e austeridade, resulta em relatos que apesar de apontarem o afeto como mobilizador do trabalho pedagógico, também destacam insuficiência salarial e de auxílios como de transporte e alimentação.

As políticas setoriais materializam as orientações macroestruturais do Estado em áreas específicas, como é o caso da educação, articulando o seu planejamento e financiamento (Rocha e Borges, 2011). Contudo, no Brasil, a prioridade de investimento muitas vezes segue uma lógica de mercado, com metas que tendem a mecanizar processos em busca de produtividade. No Ceará, essa estratégia é influenciada por organismo multilateral que, através de empréstimos e normas de globalização, impõe agendas de *accountability* e ranqueamento (Carvalho, 2018). É sob essa ótica de desenvolvimento e eficiência financeira que as políticas de educação inclusiva vem se desdobrando.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), de 2008, orienta o acesso e permanência de estudantes com deficiências, transtornos e altas habilidades/superdotação, em condições de equidade na escola. Em Fortaleza-CE, tal política é implementada a partir de normativas posteriores como a Nota Técnica 19/2010, a Resolução nº 010/2013, as Orientações para profissionais da Educação Inclusiva da Rede Municipal (2022); e as Orientações Pedagógicas da Educação Inclusiva e Diversidade (2026).

Esses documentos apontam as funções específicas tanto do Profissional de Apoio Escolar (PAE) quanto do Assistente de Inclusão (AI). É importante ressaltar que ambos os profissionais têm responsabilidades referentes ao cuidar das crianças público-alvo da educação especial, sendo que o trabalho de apoio pedagógico é dever do AI. Todavia, a observação em lócus também revelou que isso não acontece no chão da escola na maioria das vezes: a carência de profissionais e o alto número de alunos por acompanhante acaba forçando um cenário em que os PAE e AI assumam responsabilidades que não condizem com as suas, institucionalizando o desvio de função. Além disso, outra demanda observada foi a respeito das formações contínuas que, apesar de constarem nos documentos, não são efetivadas pela rede de ensino.



Considerações finais

A presente investigação permite identificar múltiplas dualidades entre os documentos normativos referentes à inclusão escolar e as práticas que envolvem os profissionais diretamente ligados a essa área. O “Estado Ajustador” (Carvalho, 2018) se manifesta na preparação do trabalho (atraso salariais e falta de formação contínua), evidenciando que a política setorial local muitas vezes privilegia a busca e apresentação de resultados (em números) em detrimento da valorização do trabalho dos profissionais da educação. O engajamento afetivo dos profissionais acabam sustentando a inclusão na prática, mas isso não substitui a responsabilidade estatal que deve reconhecer o seu papel de articuladora das condições de trabalho nas escolas.

Desse modo, para que a educação inclusiva continue trilhando um caminho que vise superar o caráter assistencialista, as diretrizes pedagógicas e as normativas federais e municipais precisam ser acompanhadas tanto por questões avaliativas do trabalho pedagógico, mas também para orientá-lo, além de oferecer suporte financeiro e estrutural adequados, retirando esses profissionais da invisibilidade e reconhecendo-os como peças centrais na construção de uma escola democrática.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Educação Inclusiva; “Estado Ajustador”.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010**, de 8 de setembro de 2010. Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, A. Democracia, Estado, Desenvolvimento e Conflitos Sociais: uma via analítica para pensar o Brasil contemporâneo na civilização do Capital. In: **Saberes e práticas em Ciências Sociais: democracia, desenvolvimento, religião e gênero**. São Luís: EdUEMA, 2018.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **A Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza**: um olhar para todos. Orientações para profissionais da educação. Fortaleza: SME, 2022.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Orientações Pedagógicas**: Educação Inclusiva e Diversidade. Fortaleza: SME/CODIN, 2026.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Resolução do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza - CME nº 10/2013**. Fortaleza: CME, 2013.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GUSSI, A. F. Avaliação de políticas públicas: aspectos teórico-metodológicos. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 12, n. 2, p. 1-15, 2008.

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ORIÁ, R. L. B.; GOMES, R. V. B.; FERNANDES, T. L. G. Perfil do profissional de apoio da educação especial. In: **Congresso Nacional de Educação**, 6., 2019, Fortaleza. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

RAFANTE, H. et al. Impactos da política de educação especial (2008) no Ceará e em Fortaleza. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e218350, 2019.
ROCHA, J. M. da; BORGES, D. F. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1639-1654, nov. 2011.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.